



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

**CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

LUEDISON RODRIGUES DE LIRA

**A MILITARIZAÇÃO NO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO: AMEAÇAS À
EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA.**

GUARABIRA – PB

2023

LUEDISON RODRIGUES DE LIRA

**A MILITARIZAÇÃO NO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO: AMEAÇAS À
EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso em
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito á obtenção do título de
Graduado em História.

Área de concentração: Memória,
cotidiano e poder.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Fagundes
de Paiva Neto

GUARABIRA – PB

2023

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L768m Lira, Luedison Rodrigues de.

A militarização no ensino público brasileiro [manuscrito] : ameaças à educação democrática / Luedison Rodrigues de Lira. - 2023.

28 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto, Departamento de História - CH. "

1. Militarização. 2. Nazifascismo. 3. Ensino público. I.

Título

21. ed. CDD 320.53

LUEDISON RODRIGUES DE LIRA

**A MILITARIZAÇÃO NO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO: AMEAÇAS A
EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA.**

Trabalho de Conclusão de Curso em
Licenciatura Plena em História da
Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito à obtenção do título de
Graduado em História.

Aprovado em: 27/06/2023

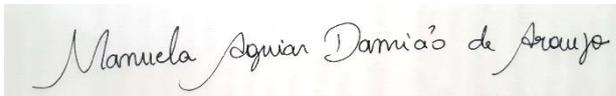
BANCA EXAMINADORA

Orientador(a):

Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto (UEPB)



Profa. Dra. Manuela Aguiar Damiano de Araújo (UFRN)



Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva (UEPB)



Dedicatória

Primeiramente a Deus, que através da fé eu creio ter conseguido chegar além das minhas forças humanas. Segundamente, a mim mesmo por não ter desistido. Dedico também a minha MÃE, Marinalve Matias de Lira. Ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto, por todo apoio indescritível para comigo nesse processo. Sem tão pouco esquecer-me da minha amiga e colega de curso Daiana Araújo Cabral, DEDICO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Captura de tela em um aplicativo de mensagens: “mensagem em apoio ao nazismo foram compartilhadas na web” – Foto: Redes sociais/ Reprodução g1.globo.com	14
Figura 02 – Gráfico 01 com resultados obtidos através de pesquisa feita no Google Forms (conhecimento das escolas cívico-militares no Brasil).....	17
Figura 03 – Gráfico 02 com resultados obtidos através de pesquisa feita no Google Forms (diferença entre colégio militar e escola cívico-militar)	19
Figura 04 – Gráfico 03 com resultados obtidos através de pesquisa feita no Google Forms (cobrança de taxa dos alunos nas escolas cívico-militares).....	21
Figura 05 – Gráfico 04 com resultados obtidos através de pesquisa feita no Google Forms (escolha enquanto Pais de alunos referente a entrega da educação dos seus filhos)	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PECIM- Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

LDB- Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

PM- Polícia Militar

SED- Secretaria de Educação

PT- Partido dos Trabalhadores

CED- Centro Educacional

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

SCMB- Sistema Colégio Militar do Brasil

DEPA- Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	Error! Bookmark not defined.9
2- A IDEOLOGIA NAZIFASCISTA E AS INFLUÊNCIAS NA DIREITA INFORMATIZADA BRASILEIRA	11
3- O AVANÇO DA CULTURA DE CASERNA NAS ESCOLAS CÍVICO- MILITARES	15
4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	Error! Bookmark not defined.
REFERÊNCIAS.....	Error! Bookmark not defined.
AGRADECIMENTOS.....	27

A MILITARIZAÇÃO NO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO: AMEAÇAS A EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA.

MILITARY EDUCATION IN BRAZILIAN PUBLIC EDUCATION: THREATS TO DEMOCRATIC EDUCATION.

Luedison Rodrigues de Lira¹

RESUMO

O presente texto analisou as influências do pensamento de extrema direita no processo de constituição de escolas cívico militares no governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-22). Essa expansão das escolas de inspiração militar entre os entes federativos municipais e estaduais foi difundida no âmbito de gestão do ensino público brasileiro, por meio do decreto nº10.004, em 05 de Setembro de 2019, que regulamentou a adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). Diante disso, tivemos como problemática nesta pesquisa: Como a comunidade escolar e setores da sociedade se relacionaram com essa prática educativa? Quais são os posicionamentos dos líderes políticos acerca da emergência de uma prática escolar de caráter doutrinário? Utilizamos aportes teóricos da história política e da sociologia da educação. Realizamos a nossa pesquisa com métodos qualitativos e quantitativos.

Palavras-chave: Militarização; nazifascismo; ensino público;

ABSTRACT

The present text analyzed the influences of extreme right-wing thought in the process of constitution of civic military schools in the government of President Jair Bolsonaro (2019-22). This expansion of military-inspired schools among the municipal and state federative entities was disseminated within the management of Brazilian public education, through decree No. -Military (PECIM). In view of this, we had as a problem in this research: How did the school community and sectors of society relate to this educational practice? What are the positions of political leaders regarding the emergence of a doctrinal school practice? We use theoretical contributions from political history and sociology of education. We carried out our research with qualitative and quantitative methods.

Keywords: militarization; nazifascism; public education;

¹Aluno graduando do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba – CH/Campus III.
E-mail: luedisonrodrigues_@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

Durante o governo Bolsonaro na presidência da República do Brasil, o ensino público sofreu duas modificações, cujos impactos ainda reverberam na educação brasileira: o primeiro foi a implantação ampliada de escolas cívico-militares, enquanto o segundo foi a reforma do ensino médio. Devido aos limites temporais necessários à produção de um artigo para fins de conclusão de curso, discutiremos a expansão de escolas cívico-militares em diversas regiões do Brasil nos últimos anos.

Essa ação governamental no ensino tocou sobretudo as escolas públicas sejam estaduais ou municipais, desmanchando experiências de ensino anteriores, cuja tônica era voltada para uma educação civil e demarcada por possibilidades de cidadania em um estado democrático de direito. Essa vertente de entrega à militarização do ensino, conforme a adesão ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) pelos entes federativos (municípios e estados) foi regulamentado pelo então presidente da República Jair Messias Bolsonaro, através do decreto nº 10.004, datado de 05 de Setembro de 2019, que é fruto de uma parceria do Ministério da Educação e Ministério da Defesa. Essa medida teve um aspecto extemporâneo, sobretudo, diante da História política recente de avanço democrático nas instituições, a partir de 1985 com o fim da Ditadura Militar. Contudo, diante de reminiscências do regime militar, temos ainda uma polícia militarizada, uma Justiça de Transição inconclusa e o senso comum acerca dos militares, como poder moderador da política nacional, diante dos temores das classes médias e da burguesia nacional (agrária, industrial ou rentista). A representação dos militares como poder moderador sempre emerge, quando as possibilidades de uma participação política dos grupos/classes subalternas, rumo à conquista por direitos sociais se mostram ampliadas no horizonte. Esse, portanto, é o tempo para realizar um golpe, como foi em 1964 (de natureza militar) ou como em 2016 (com a participação de setores civis e militares nas novas metodologias de golpe orientados pelos fundamentos da guerra híbrida). Os historiadores do tempo presente podem, inclusive, neste ano de 2023 avaliar os ecos dessa tradição golpista com o 8 de janeiro de 2023.

As primeiras relações com um pensamento profascista no Brasil datam da década de 1930, quando o Integralismo e o Estado Novo sedimentaram posições efetivamente contrárias ao pensamento anarquista, socialdemocrata e comunista (CHASIN, 1978). A rigor, a primeira lei de segurança nacional no Brasil data de 1936 como uma reação ao levante comunista de 1935 em Natal/RN, Recife/PE e Rio de

Janeiro/RJ (VIANA, 1992). Em 1937 uma formulação do General Olímpio Mourão Filho, autor do livro “Do liberalismo ao Integralismo”, criminalizou os comunistas e os judeus, elaborando um documento falso atribuído aos comunistas, que planejavam um novo ataque ao governo (PANDOLFI, 1997). O chamado Plano Cohen, baseado em visões sobre a ameaça do perigo dos comunistas e judeus, em sintonia com “Os Protocolos dos Sábios de Sião” (traduzido para o português pelo Integralista antissemita, Gustavo Barroso) (CAPELATO, 2003). Esse documento de falseamento da conjuntura histórica para justificar mais um golpe de Estado demonstrou o nível de relação dos militares com a política no primeiro governo Vargas, desde o golpe de 1930 (quando o Exército Brasileiro demonstrou passividade cooperativa a Getúlio Vargas) até 1937 (quando Vargas se permitiu um autogolpe, sendo apoiado por militares simpáticos ao Fascismo e ao Nazismo). O Plano Cohen foi elaborado por um oficial do Exército Brasileiro, que ao mesmo tempo era o chefe do Serviço Secreto da Ação Integralista Brasileira. A forja deste suposto plano de ataque ao governo Vargas legitimou o estabelecimento do Estado Novo, que contou inclusive com um time de inspiração de extrema direita como Plínio Salgado e o General Gois Monteiro. Para termos uma ideia mais efetiva sobre essa relação do anticomunismo no Exército Brasileiro, a força armada mais estruturada com profundas influências no campo político e a mais influente no campo militar, o comunista Cláudio Lacerda Paiva declarou: “quem censurava era Lourival Fontes, quem torturava era Filinto Muller, quem instituiu o fascismo foi Francisco Campos, quem deu o golpe foi Dutra e quem apoiava Hitler era Góis Monteiro” (ROSE, 2001, p.17).

Posteriormente, com o advento da Guerra Fria, as chapas que concorreram no Clube Militar nas décadas de 1950 e 1960 tiveram como agentes políticos membros da chapa Azul (“nacionalista” e alinhada aos interesses geopolíticos norte-americanos) e a chapa Amarela (“estatista” e qualificada pelos membros da chapa Azul de “comunistas”) (MARTINS FILHO, 2008).

Nessa fase, por questões de especificidades da História política brasileira da década de 1930 as forças armadas brasileiras já possuíam uma estrutura eminentemente defensora dos interesses patrimonialistas e anticomunista. Havia alguns matizes entre os componentes das forças armadas, que variavam entre o liberalismo e o pensamento autoritário de extrema direita. Não custa lembrar, que o sucesso de Getúlio Vargas, o General Eurico Dutra (1946-51) era simpatizante do Nazismo e defendia a posição de o

Brasil entrar na II Guerra Mundial ao lado do Eixo. O General Dutra fez um governo alinhado aos Estados Unidos.

Não tarda lembrar que o General Olímpio Mourão Filho, participante do golpe do Estado Novo, foi um dos articuladores do golpe de 1964. A dinâmica política do autoritarismo, que atribuiu a João Goulart em 1964 ações políticas em torno a uma “República Sindicalista”, a uma “República Peronista” ou a uma “República Comunista” teve desdobramentos mais radicais em 1968 com um golpe dentro do golpe. A partir daí, as disputas internas para a efetivação de uma reconstrução democrática em 1985 ficaram sob o rígido controle dos militares (TOLEDO, 2004). Vale lembrar, que arroubos para manutenção das bases da linha dura ainda se manifestaram em 1977, quando o General Sílvio Frota, que havia assumido o Ministério do Exército em 1974, entrou em confronto com a opção sucessória do General Ernesto Geisel pelo General João Batista Figueiredo. Na gestão do General Sílvio Frota foram mortos em unidades militares o jornalista Wladimir Herzog (1975) e o operário Manuel Fiel Filho (1976).

O General Sílvio Frota no seu gabinete o então Capitão Augusto Heleno (mais tarde, responsável pelo Gabinete de Segurança Institucional no governo de Jair Bolsonaro), que acompanhou de perto as manobras do General Jaime Portela, aliado do General Costa e Silva e da linha dura, durante as movimentações pela sucessão presidencial até ser exonerado do Ministério do Exército pelo General Ernesto Geisel. Quando a da Lei de Anistia em 1979, o General Sílvio Frota se mostrou crítico e apresentou uma suposta lista de funcionários públicos comunistas, que estavam infiltrados nas instituições nacionais. Mesmo com uma Justiça de Transição, que não puniu os crimes de terrorismo de Estado, tortura e outras arbitrariedades restantes da Lei de Segurança Nacional (TOSI, 2014; DUARTE-PLON, 2016; BORGES, 2007)

Essa forma como foi estruturada a política brasileira entre a década de 1960 e 1980 faz por um longo processo histórico que levantou inúmeras tentativas de desmontes para com a gestão educacional democrática do nosso país. A ditadura militar aposentou compulsoriamente professores e autores das Ciências Humanas foram passíveis de perseguições e solapamentos das suas produções.

2- A IDEOLOGIA NAZIFASCISTA E AS INFLUÊNCIAS NA DIREITA INFORMATIZADA BRASILEIRA

É crucial que entendamos a origem do termo “nazifascista”, do qual vão retratar duas doutrinas políticas, que regem as bases da extrema direita. Com isso, precisamos de antemão entender um pouco desses dois conceitos, que permeiam essas duas doutrinas políticas: o nazismo e o fascismo.

O nazismo teve como local de origem a Alemanha e foi difundido pelo Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (1920-1945), sob o comando de Adolf Hitler (1889-1945). O nazismo surgiu como um caminho para unir os alemães de uma suposta raça pura e tornar a nação cada vez mais potente no mundo, devido a sua supremacia racial. A expansão do ideário nazista levou diversos grupos étnicos, religiosos e políticos às câmeras de gás ou fuzilamentos: judeus, ciganos, socialistas, comunistas, testemunhas de Jeová, etc. Na política da Solução Final, os judeus foram apontados pelo regime nazista com os principais responsáveis pelos problemas econômicos no mundo e deveriam ser exterminados.

Na sequência, precisamos entender o conceito de fascismo, que possuía seus ideais difundidos pelo Partido Nacional Fascista (1921-1943) liderado por Benito Mussolini (1883-1945) na Itália. Segundo MATOS (2017), podemos considerar como fascistas os movimentos políticos autoritários que, com maior ou menor força, se fundamentam em três principais ideias: militarismo (com ou sem expansionismo territorial), xenofobismo (com ou sem racismo de Estado) e nacionalismo (com ou sem unipartidarismo). Diante disso conseguimos perceber tamanha semelhança entre tais doutrinas totalitárias, o que levou a criação do termo “nazifascista” conforme nos comprova a historiografia.

São diversas as derivações do nazifascismo ao longo de toda a história até as marcas deixadas após a Segunda Guerra Mundial na contemporaneidade. Essas duas ditaduras extremamente repressoras de contextos históricos e ideológicos muito semelhantes perduram nas décadas posteriores e ocasionaram milhares de mortes em diversos continentes. As suas características são cultuadas até hoje ao redor do mundo, pois diversas milícias nos Estados Unidos, na Ucrânia e na Europa Central possuem inspirações nazifascistas. Embora tenhamos leis internacionais com a finalidade de combater e proibir tais ideologias, ainda é muito forte a presença dos ideais extremistas atualmente. Tal como nos anos de 1970 e 1980 nos Estados Unidos e no Brasil, ainda nesta década ocorreram os surgimentos de núcleos ideológicos adeptos ao Nazismo e Fascismo, manifestadas por meio do Neonazismo que seria uma nova roupagem

atualizada com as mesmas ideologias nazistas, como a do racismo, do nacionalismo, do antissemitismo e do anticomunismo. Conforme uma pesquisa:

O maior site neonazista brasileiro, o Valhalla88 tem sua sede em Santa Catarina e alcançou significativa marca de 200.000 visitas antes de ser retirado do ar, em agosto de 2007. O crescimento destes grupos de ódio, sua atuação política, suas crenças e a atualização da ideologia nazista de desenvolverem têm interessado pesquisadores do mundo todo. (DIAS, 2008, p70).

Ideologias nazistas como a do nacionalismo e a ideia de superioridade racial enraizaram a teoria de que existe uma raça de seres humanos que é naturalmente inferior a outra, a partir de teorias supostamente científicas e da própria estrutura social colonialista, que instaurou a branquitude. Para os nazistas a raça superior seria a ariana. Com base nessa doutrina política os nazistas se deram ao direito de usar como fundamentação para subjugar e matar cruelmente todas as pessoas, que fugissem do padrão racial. Durante o regime nazista na Alemanha milhares de judeus, ciganas, negras e pessoas portadoras de deficiência eram assassinadas. Para além da questão racial, ocorreu a perseguição aos homossexuais, que tiveram a sua orientação sexual combatida por ser diferente daquela considerada como o padrão da sociedade.

Têm sido alarmante o aumento de casos de apologia ao nazismo, mesmo no Brasil, que é um país de variadas etnias e que passou por processos de mestiçagem e relações culturais entre povos oriundos dos lugares mais diversos. No campo educacional, expressões de assédio a uma educação pautada em fundamentos científicos distantes deste monismo doutrinário ocorreram em salas de aula no Brasil. Em Santa Catarina, tivemos uma prova viva disso ocorrido em uma escola pública de rede estadual, quando foi aberto um inquérito no final do ano de 2022 contra um professor de História. O mesmo está sendo investigado pela Secretaria de Educação (SED) na tentativa de averiguar a sua conduta no uso de suas atribuições, após defender o nazismo em um grupo de mensagens na web (conforme imagem):

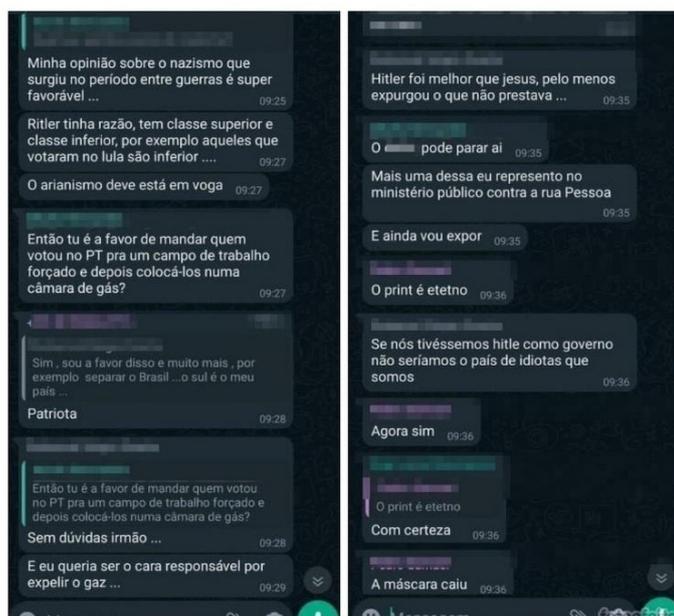


Figura 01- mensagem em apoio ao nazismo foram compartilhadas na web — Foto: Redes sociais/Reprodução G1.globo.com.

Sabe-se que no Brasil apologia ao nazismo é crime previsto na lei 7.716/1989. Mesmo após o vazamento de conversas, que foram obtidos contra o crime praticado pelo professor de História, conforme imagem publicizada, em que o mesmo apresenta discursos do tipo: “sou super fã de Hitler” e “sempre quis ser nazista” ou, quando questionado no mesmo grupo se era favorável a mandar eleitores do PT para uma câmara de gás, ele respondeu: “sem dúvidas, irmão. E eu é que queria ser o cara responsável por expelir o gás”. Como não sendo o bastante continuou a disseminar o seu discurso criminoso conforme mostram imagens feitas por alunos dentro de sala de aula, onde o mesmo ao ser perguntado se apoiava o que Hitler fez ele afirma prontamente que: “sim, com certeza”. Como também afirma possuir grande admiração pelo mesmo quando diz: “eu tenho uma admiração por Hitler”. Talvez um reflexo dessa expansão das ideias de extrema direita tenha sido o conforto político com a eleição de Jair Bolsonaro, enquanto a extrema direita mundial se projetou na mesma fase: Le Pen na França, chegou a declarar que o ebola seria um meio de conter os imigrantes; Viktor Orbán na Hungria faz parte de uma articulação internacional, que conta inclusive com a participação do parlamentar brasileiro Eduardo Bolsonaro; Trump nos Estados Unidos contou com o franco apoio de membros da extrema direita internacional, enquanto Meloni foi eleita na Itália com o apoio de grupos neofachos. A Ucrânia contou com a formação do Batalhão Azov, em meio a um processo político de um golpe de Estado, que elevou um comediante judeu ao poder, promovendo os interesses expansionistas da

OTAN na região, cujo resultado foi o ataque da Rússia à Ucrânia. E desde o fim do ano de 2022 militantes de extrema direita tem participado das formações de militantes em armas na guerra contra a Rússia, inclusive com a tolerância da Comunidade Europeia e do Estado de Israel.

Mensagens em aplicativos de celular tornaram-se cada vez mais frequentes, assim como grupos aglutinadores de ações violentas com fundamentos políticos da extrema direita como tal são frequentes nos últimos anos, graças ao avanço dos meios de comunicação e das ferramentas tecnológicas. Além disso, um mecanismo crucial para a prática de crimes eletrônico tem sido as camadas mais reservadas da rede mundial de computadores, através da “deep web”. É justamente nesta noção de superioridade e de ideologias de extrema direita, que conseguimos responder inúmeros fatores preconceituosos e ações reativas presentes em nossa sociedade contemporânea, tal como no Brasil em seus diversos âmbitos.

3- O AVANÇO DA CULTURA DE CASERNA NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Embora as escolas cívico-militares sejam de uma categoria classificadas como públicas, possuem uma sistemática que diverge das normas constitucionais garantidas e consagradas na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB (Lei 9.394 de 1996) e na Meta 19 do Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005, de 2014), que tratam da Gestão Democrática da Educação. Com isso, divergências são colocadas em ênfase, tal como o próprio caráter gratuito, pois são cobradas taxas muito relevantes de cada aluno (a) mensalmente das quais são pagas pelos pais/responsáveis, conforme relatos de estudantes participantes. Ademais, não basta somente ter o desejo ou até mesmo o dinheiro para pagar as taxas cobradas, pois é realizada uma pré-seleção, em que os estudantes precisam ter algumas condições para que sejam aprovados em um tipo de seleção própria. Os processos seletivos são bastante concorridos por inúmeros candidatos, visando tal aprovação nas referidas escolas, que são bem referenciadas no Brasil, sobretudo, pelos grupos políticos conservadores.

Essas escolas refletem as representações presentes em discursos e práticas sociais originários da ditadura militar, devido a ordem social estabelecida no controle social sobre os trabalhadores e sobre a violência como metodologia de contenção dos conflitos sociais de diversas ordens. Como base também nos discursos e

posicionamentos de líderes políticos, tal como o do ex Presidente da República Bolsonaro, quando foi questionado por um dos seus apoiadores, especificamente em 22 de Novembro de 2021, se o ideal do sistema educacional brasileiro para crianças deveria ser inspirado nos moldes da história do ditador da Alemanha nazista Adolf Hitler. Na ocasião o ex presidente deixou nas entrelinhas, que só não adotava este modelo de gestão educacional, porque enfrentaria resistência e não aceitação por parte do Ministério da Educação. *“Você não consegue. É um transatlântico, meter ministério é com transatlântico, não dá pra dar um cavalo de pau. Eu gostaria de imediatamente botar a educação moral e cívica, um bocado de coisas [...]”*, disse Jair Bolsonaro quando entrevistado (conforme vídeo divulgado no Canal UOL).

Vale lembrar que Jair Bolsonaro, ainda quando foi Deputado Federal em 1988, defendeu a liberdade de expressão de alguns jovens do colégio de Porto Alegre aos elegeram Adolf Hitler como personagem histórico mais admirado. *“eles [os alunos] têm que eleger aqueles que souberam, de uma forma ou de outra, impor ordem e disciplina”*, disse Jair Bolsonaro. Esses tipos de episódios só confirmam o quanto ainda existe instalado no país um sistema político, que naturaliza ideologias formalmente passíveis de punição legal em detrimento de uma gestão educativa democrática.

O país vem dignificando e construindo uma imagem otimizada desta militarização no ensino, fruto este advindo de uma inópia segurança pública e social, da qual consequentemente tem sido reflexo no âmbito educacional. Segundo Teresa Caldeira e James Holston (1999), ao analisar o fato da insegurança pública afirmam que, a sociedade brasileira vive uma democracia disjuntiva, já que a institucionalização da democracia política ampliou direitos políticos e sociais, mas não se traduziu na expansão dos direitos civis. A noção de cidadania acabou sendo deslegitimada, na medida em que ocorreu a noção de uma necessidade de espaço público fragmentado, espaço este que vem sendo condenada a violência, impunidade e injustiça.

“É muito preocupante, porque se a escola não for um lugar de confiança, de tranquilidade para o debate, de tolerância, é muito difícil aprender e também é muito difícil fazer com que a escola seja um lugar em que os quatro pilares da educação moderna aconteçam: o aprender a aprender, aprender a conviver, aprender a fazer e o aprender a ser. São os quatro pilares de Delors”, afirma a especialista em educação básica pública Priscila Cruz. (DW.com, 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/apologia-ao-nazismo-em-escolas-é-crime/a-65151866>. Acesso em: 30 de Abril de 2023. Malu Delgado: “Apologia ao nazismo em escolas é crime”).

É sabido que as escolas cívico-militares são formadas em toda a sua base educacional por profissionais militares, que foram capacitados em função da ordem,

segurança e disciplina da sociedade, sob os fundamentos da Lei de Segurança Nacional da fase da Guerra Fria, em que o “inimigo” potencial é o promotor das subversões internas, ou seja, os civis. Por essa razão, convivemos ainda com uma polícia militarizada. As primeiras escolas cívico-militares baseiam-se no pressuposto, de que a partir deste modelo surgirá uma resposta para a sociedade enquanto a vertente de tal problemática. Todavia, é sabido que não é de caráter da escola solucionar e responsabilizar o impasse da violência no país, sobretudo, é papel da escola combater as desigualdades sociais, desde uma análise da sociedade nacional para, com isso, haver as condições para a expansão de direitos, bem como garantir ao indivíduo o ensino de fato público e de qualidade.

Atualmente temos no poder um sistema político que têm tentado coibir com o avanço desse referido modelo de ameaça à gestão educacional democrática de ensino. O governo do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT) extinguiu já no primeiro dia do ano (2023) do seu atual mandato uma diretoria criada pela gestão do ex-presidente Bolsonaro no MEC para fomentar escolas cívico-militares no país. Porém ainda vivemos em uma sociedade neoconservadora, que apresenta um discurso que tem validado e mostrada resistência em seu combate.

Segundo dados colhidos através de uma pesquisa própria, obtidos por meio de um formulário no Google Forms, com finalidade da obtenção de dados quantitativos para este trabalho de conclusão de curso, aberto e divulgado ao público em geral de redes sociais (instagram e whatsapp) com o alcance de respostas totalizando 36 pessoas, quase 50% dos indivíduos não tem conhecimento do que são as escolas cívico-militares, conforme dados:

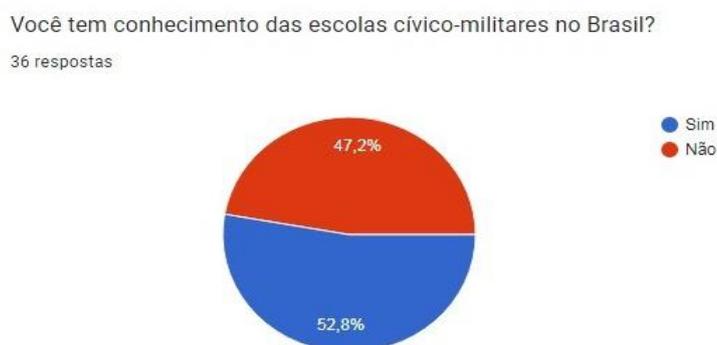


Figura 02 – Gráfico 01 com resultados obtidos através de pesquisa feita no Google Forms (conhecimento das escolas cívico-militares no Brasil).

Essa falta de conhecimento de tal temática é alarmante, pois se torna meio para uma alienação de validação das referidas escolas no país. É crucial, que, enquanto conhecedores da problemática, levemos tal conhecimento ao outro, pois como diria o educador Paulo Freire (1987, p. 48): *“Ninguém luta contra forças que não entende; ninguém transforma o que não conhece (...)”* / *“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”*. Diante disso, é necessário (DES) construir ideologias que coloquem em risco nossa gestão educacional democrática da qual precisa ser libertadora, bem como coibir estereótipos construídos em favor de falsos avanços.

Observemos que, as escolas militares tem sido muito bem vistas pela sociedade, sobretudo, a partir de propagandas de seus supostos índices de qualidade de ensino prestado, que inclusive se tornou o principal pretexto do governo federal para efetuar-las. Todavia, analisemos esta seguinte premissa que assegura ser dever do Estado como princípio constitucional, que se ofereça a todos os indivíduos, sem distinção, uma escola pública, gratuita e de qualidade, da qual todos possuam as mesmas condições de acesso. Porém, as características vigentes das mesmas são muito distantes de uma escola como consta na Constituição Brasileira de 1988, na LDB e no ECA, tal como sendo garantida em seu caráter público, sem cobranças de taxas e sem exclusão de classes sociais. Com isso, podemos nos questionar: será que tais escolas militares de fato oferecem este ensino público e gratuito, onde todos os indivíduos possuem as mesmas condições de acesso, sem distinções de classes sociais ou qualquer outro tipo de exclusão? Além disso, os dados confirmam essa pretensa superioridade da qualidade do ensino nessas escolas? Todavia, também existem aqueles que consideram o rendimento de tais escolas mínimo e que não há evidências do sucesso da parceria do Ministério da Defesa, conforme fala do atual ministro da educação do governo Lula (2023-2027), Camilo Santana (2023):

“Temos 138 mil escolas nesse país. A adesão a esse programa foi mínima. Representa 0,28% das escolas [...] Sabe quanto recurso foi disponibilizado para Estados e municípios fazerem essa política? R\$ 98 milhões. Sabe quanto gastaram? 0,24% do dinheiro que está lá para Estados e municípios gastarem com essa política foi executado”. (CAMARA DOS DEPUTADOS. Educação - Camilo Santana fala sobre escolas cívico-militares e prioridades da pasta – 12/04/23 (1ª). Youtube, 12 abr. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6QDgu-NsTqY>).

Diferentemente do que se foi pregado pelo governo federal em suas comparações referente ao modelo das escolas cívico-militares com os Colégios Militares do Exército, as mesmas estão muito mais filiadas aos moldes de escolas

administradas pela Polícia Militar em seus referidos estados, pois diferente dos Colégios Militares do Exército elas não foram criadas com finalidade de serem militarizadas. Assim, são escolas públicas civis em funcionamento com suas redes municipais ou estaduais de ensino, conforme afirma SILVA (2021):

[...] na qual os militares, em geral, militarizam apenas normas comportamentais como uso de farda/uniforme, formação de filas, comando de formação de filas em horários de entrada e saída, uso de alguns termos militares que representem obediência como o tradicional “sim, senhor”, atividades cívicas mais frequentes do que ocorria regularmente já nas escolas regulares, modelo de corte de cabelos curtos para estudantes meninos e cabelo preso para estudantes meninas, unhas aparadas, etc. (SILVA, 2021, p. 71)

Segundo dados colhidos, através de uma pesquisa própria com finalidade de coleta de dados para este trabalho de conclusão de curso, que fora realizada na internet por meio do Google Forms durante o mês de Maio de 2023, divulgados via link em redes sociais como (Whatsapp e Instagram) com indivíduos participantes de idade entre 18 e 32 anos, cerca de 60% das pessoas não sabem a distinção entre colégio militar x escola cívico-militar, conforme dados:

Você sabe a diferença entre escola militar e escola cívico-militar?

36 respostas

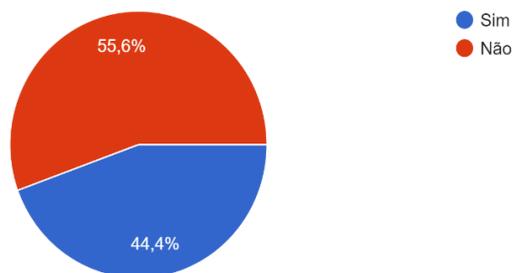


Figura 03 – Gráfico 02 com resultados obtidos através de pesquisa feita no Google Forms (diferença entre colégio militar e escola cívico-militar)

Um dos principais diferenciais entre as mesmas é a de que os *colégios militares* integram o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) um dos subsistemas do Sistema de Ensino do Exército e são subordinados à Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA) e não tem ligação com nenhuma secretaria municipal ou estadual de educação, isto é, não são regulados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mas por um sistema específico regulado pelo Exército. Logo, são instituições mantidas com o orçamento do Ministério da Defesa, em que os investimentos feitos pelas Forças Armadas são consideráveis e os mesmos possuem

total autonomia para montar o seu currículo, bem como a sua estrutura pedagógica. São de fato subordinadas ao Sistema de Ensino do Exército e foram criadas para formar militares e habilitar os estudantes a participarem de seleções de instituições militares de ensino superior.

Enquanto nas *escolas cívico-militares*, além de não terem como finalidade formar novos militares, tendo em vista que são reguladas pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, o que resulta em seu caráter público/gratuito, ou ao menos se devia cumprir, conforme garante a Constituição. São escolas públicas municipais e estaduais que sofrem com a precarização das carreiras, em que em cada ano os educadores perdem os seus direitos trabalhistas e os problemas são ampliados com demandas para as quais os educadores não são formados. Mas como afirma SILVA (2021), outro fator muito importante que diferencia esses dois modelos é o de que o investimento aluno/ano, uma vez que o aluno custeado pelo Exército custa cerca de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) por ano ao Estado, quase quatro vezes mais que um aluno matriculado em escola pública regular (SANTOS et al, 2019, p. 584).

É crucial que tenhamos o entendimento de que a educação é vilipendiada com uma política incapaz de levar em conta fatores como: a ausência de uma formação pedagógica e a própria contratação para atuação desses militares dentro das escolas públicas, dos quais os mesmos não se submetem aos concursos públicos para a educação básica no desempenho de atividades didáticas pedagógicas. No “Art. 19. Os militares desempenharão, nas Ecim, tarefas nas áreas da gestão educacional, administrativa e didático-pedagógica” (BRASIL, 2019f). Todavia, as atividades didático-pedagógicas são totalmente ligadas à função do educador, pois são atribuições que fazem parte do processo de ensino-aprendizagem e exigem formação pedagógica para o desempenho do mesmo. Nesse sentido,

Essas contratações vão na contramão do artigo 206 da Constituição Federal que diz que uns dos princípios do ensino é a “V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas”. Além de os militares não serem contratados por concurso público do magistério para atuarem nas escolas de educação básica, não acontecerá a equiparação de cargos, carreiras e salários entre os militares e profissionais da educação, uma vez que os militares receberão salários de oficiais, que constitui um valor muito além do salário dos professores da educação básica no Brasil. (SILVA, 2021, p.97).

Embora as escolas cívico-militares possuam um caráter público, cobra-se de cada um de seus discentes uma referida taxa, onde seu valor varia de cada colégio. Segundo um relato de uma docente chamada Mônica de Fátima Guedes de Oliveira da UEPB-CAMPUS III, especificamente em uma de suas aulas na disciplina de Política Educacional no ano de 2018, nos foi relatado de que a mesma possuía um familiar nesse tipo de escola, tendo como custos cerca de R\$ 2.000,00 ao mês. Podemos denominar como uma espécie de mensalidade, onde conforme a gestão administrativa da Polícia Militar, todo o valor arrecadado é revertido em melhorias para a própria escola. Outro fator ainda pouco sabido é que dentre as normas a utilização obrigatória dos uniformes são uma delas. Entretanto destacamos aqui o fato de que os mesmos são pagos pelos próprios alunos e existem três tipos de uniformes: uniforme de aula, uniforme de educação física e de abrigo esportivo, conforme narra (SILVA 2021):

O uniforme de aula é composto por boina, camisa, camiseta meia manga, calça comprida para os meninos ou saia calça para as meninas, cinto, meias, sapato social preto e jaqueta, além de distintivos e tarjetas de identificação. O uniforme de educação física é composto de camisetas sem mangas, bustiê de lycra para as meninas, calção, bermuda de lycra para as meninas, tênis preto, meias brancas, calção de banho para meninos e maiô de lycra para as meninas, sandália de borracha e touca de natação. O abrigo esportivo é composto de casaco, calça, camiseta meia-manga, tênis preto e meia branca. (SILVA, 2021, p. 99)

Diante disso, podemos repensar o que diz o Art. 205 da Constituição Federal quando afirma: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família” já enxergamos uma descomunal quebra nos direitos ao acesso de educação de cada indivíduo gerida por uma gestão administrativa educacional excludente, como também notamos através da pesquisa que é um ponto ainda altamente desconhecido pela sociedade, conforme dados colhidos na pesquisa:

Você sabia que tais escolas cívicos-militares públicas cobram uma "taxa voluntária" dos alunos?
36 respostas

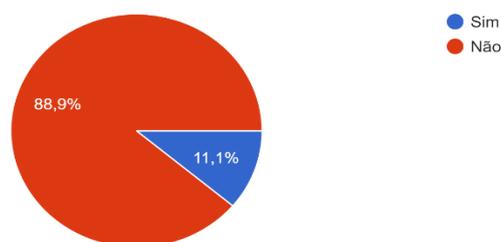


Figura 04 – Gráfico 03 com resultados obtidos através de pesquisa feita no Google Forms (cobrança de taxa dos alunos nas escolas cívico-militares)

Entretanto, mesmo havendo esta cobrança de taxa participativa a tentativa e procura de ingresso ainda é notavelmente elevadíssima no âmbito escolar, sobretudo, pelos seus índices de resultados obtidos com o IDEB e o ENEM dos quais ganharam visibilidade. Porém, cabe uma indagação: esses resultados levam em conta as rendas familiares, o acesso a bens culturais e tecnológicos? Podemos então fazer um paralelo entre: escola pública x escola cívico-militar: de um lado temos a escola pública, que recebe todos os indivíduos, sem distinção de classes, muitas vezes ingressando sujeitos de um alto índice de vulnerabilidade social, que muitas vezes encontram nessas escolas públicas abrigo e acolhimento. De outro lado a escola cívico-militar, em que os alunos precisam além de se submeterem a processo seletivo e de efetuar pagamento de taxas mensais, que são cobradas aos pais para só então poderem de fato ter a possibilidade de conseguirem o ingresso e darem continuidade no processo de ensino-aprendizagem na mesma.

Até que ponto o caráter neoconservador atrelado à insegurança pública faz com que o indivíduo precise abandonar uma escola de base democrática para se credenciar em modelo escolar fundamentado em: “disciplina, ordem e obediência”? Essas escolas de inspiração militar possuem obrigações diárias e práticas de ritos militarizados (como as continências, ordem unida), como também seu linguajar e pensamentos, que normatiza as práticas consideradas “nocivas” e coíbe diariamente sua autonomia. A padronização e unificação da roupagem, o respeito à hierarquia, o controle da fala do sujeito, até mesmo no controle da aparência física tendem a uniformizar os indivíduos e de criar os fundamentos de um espírito de corpo, algo comum a uma estrutura militar.

Se analisarmos com base no Art. 61 da LDB a contratação de militares sem formação é uma violação, pois o mesmo artigo delimita que a atuação na educação básica seja por profissionais com formação na área da educação. Temos diversos fatores antidemocráticos presentes neste modelo de escolas, como afirma SILVA (2021): a falta de participação em tomadas de decisões e participação da comunidade e dos alunos nas reuniões deliberativas já é o suficiente para considerar esse modelo de ensino antidemocrático, além de que a intervenção militar nas escolas é um retrocesso no que tange a autonomia das escolas e a gestão democrática como consta no Art. 3º da LDB.

Temos um reflexo do que Bourdieu (1998) já evidenciava em seus discursos acerca da desigualdade educativa, onde cada aluno passa a trazer uma herança, uma bagagem da qual é nomeada como “*capital cultural*”, onde terão indivíduos com

maiores, outros com menores. A escola por sua vez acaba praticando a denominada “*violência simbólica*”, utilizando então de estratégias para manter de pé uma dominação de classe sobre a outra. É o que temos visto nitidamente nas metodologias das escolas cívico-militares no Brasil, sujeitos sofrendo a mercê de uma violência simbólica por não possuírem um devido grau elevado de capital cultural, ou até mesmo de um capital econômico do qual se é exigido para o ingresso na mesma.

É então que, podemos de fato justificar os índices de maiores rendimentos escolares obtidos e comprovados, como através do destaque no (IDEB) Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, de Goiás, como no (ENEM) Exame Nacional do Ensino Médio. O desleal comparativo educativo entre os indivíduos das escolas públicas e os sujeitos das escolas militares é alarmante nesta camuflagem desigual. A qualidade de ensino deveria está sendo julgada com base em um outro lugar, assim como afirma Dourado e Oliveira (2009):

O reconhecimento de que a qualidade da escola para todos, entendida como qualidade social, implica garantir a promoção e atualização histórico-cultural, em termos de formação sólida, crítica, ética e solidária, articulada com políticas públicas de inclusão e de resgate social (DOURADO; OLIVEIRA, 2009, p. 211 apud LACÉ et al, 2019, p. 657).

A escola passa a se tornar um local ditatorial, em que os indivíduos devem ser anulados nas suas diferenças para se constituir um corpo uno. A perspectiva de uma crítica do modelo de sociedade deve ser combatido por ser um agente pensante e crítico. É preciso rever tais objetivos além de um olhar superficial do qual muitas vezes querem transparecer na tentativa de se validar um discurso, pois como afirma um pesquisador:

A qualidade da escola cívico-militar defendida pelo governo federal não diz respeito a uma escola universal, inclusiva, democrática, com recursos adequados e valorização docente, isto é, uma escola que visa a emancipação humana. O objetivo declarado da militarização das escolas é o aumento da nota nas avaliações em larga escala por meio de um ensino cujo princípio fundamental é a obediência e a subordinação. (SILVA, 2021, p. 122).

Diante disso, enquanto cidadãos críticos, dos quais visam e zelam por um futuro baseado no avanço democrático educativo e social, precisamos de antemão ser resistentes a tal regime de cultura autoritária, a de fato lutar pela desconstrução dessa má naturalização de ideologias tidas como ideais.

A sociedade no fundo ainda enxerga como o melhor caminho para a gestão administrativa escolar está nas mãos daqueles, que são especialistas e com formação na educação, pois, quando perguntados se pudessem escolher entre entregar a educação do

seu filho para militares ou especialistas em educação, mais de 90% das pessoas responderam por “especialistas em educação”, conforme mostra dados da pesquisa:



Figura 05 – Gráfico 04 com resultados obtidos através de pesquisa feita no Google Forms (escolha enquanto Pais de alunos referente a entrega da educação dos seus filhos).

O dever e o espaço dos militares precisam ser revistos, no que se refere ao âmbito de gestão educacional brasileira. É preciso voltar os olhares destes membros da burocracia estatal para a garantia de segurança das fronteiras nacionais ante os riscos de ataques estrangeiros, bem como a construção de uma polícia desmilitarizada, cabendo a sociedade civil a realização dos processos educativos, bem como a construção da cidadania sem a tutela dos militares.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na nossa pesquisa, tivemos como objetivo analisar o modelo de ensino divulgado e aprovado pelo governo federal em 2019 através do decreto nº10.004, especificamente o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares. Essa modalidade de foi construída por um regime administrativo de parceria entre militares das forças armadas (policiais militares e bombeiros militares). Essas dinâmicas ocorreram dentro das escolas públicas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio do Brasil. Como vimos, ainda existe uma procura considerável da população por escolas participantes do PECIM, talvez um dos fatores principais além da visão saudosista que se tem do regime militar, o fato de que os estudantes das escolas cívico militares saem mais preparados para concursos públicos, devido à disciplina imposta e construída como um habitus.

É possível observar ao longo do texto que as escolas cívico-militares são fruto de um aglomerado de ideologias, que estão historicizados e ainda presentes em nossa sociedade contemporânea. Essas escolas vêm com a finalidade de fundamentar o desejo

de criação de um espaço de controle de corpos, baseados no lema: “disciplina, ordem e obediência” que padronize os comportamentos, sobretudo por meio do autoritarismo, hierarquia e subordinação, ou seja, nos moldes militar brasileiro.

Percebemos o quanto é pertinente e urgente o objetivo deste trabalho que é fazer com que a discussão desta problemática seja ainda mais conhecida dentro e fora de sala de aula. Ou seja, trazer o conhecimento para inúmeras pessoas que ainda vagam de forma leiga e colocam em risco a nossa democratização de ensino, bem como todo o processo de ensino no Brasil. É necessário, enquanto profissionais da educação sermos resistentes, pois mais do que nunca é preciso nos defendermos de todo e qualquer ataque à educação pública e de qualidade, sobretudo com o sistema educacional garantido pela Constituição Federal de 1988 em seu Art. 205/206 e no Art.3º da LDB.

REFERÊNCIAS:

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: **FERREIRA**, Jorge; **DELGADO**, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil republicano. v. 4. O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 12-42.

BORGES, Caroline. **MAYER**, Sofia. Professor de história de escola pública de SC que elogiou nazismo na web é afastado. G1 SC, 2022. Disponível: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/11/04/professor-de-historia-de-escola-publica-de-sc-que-elogiou-nazismo-na-web-e-afastado.ghtml>. Acesso em: 09 de maio de 2023.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: **NOGUEIRA**, Maria Alice; **CATANI**, Afrânio (Org.). Escritos de educação. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. Revista Sociedade e Estado - Volume 30 Número 1 Janeiro/Abril 2015 127.

CALDEIRA, Tereza; **HOLSTON**, James. Democracy and violence in Brazil. Society for comparative studies. Society and History, v. 41, n. 4, p. 691-729. 1999.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Educação - Camilo Santana fala sobre escolas cívico-militares e prioridades da pasta – 12/04/23 (1ª). Youtube, 12 abr. de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6QDgu-NsTqY>. Acesso em: 10 de Junho de 2023.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “O Estado Novo: o que houve de novo?”. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (ORG.) “O Brasil Republicano – o tempo do nacional-estadismo. Vol.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p 107-143.

CHASIN, J. O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio, São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

CONGRESSO EM FOCO. Bolsonaro já defendeu estudantes que admiravam Hitler. Confira. UOL, 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/bolsonaro-ja-defendeu-estudantes-que-admiravam-hitler-confira/>. Acesso em: 12 de maio de 2023.

DIAS, Adriana. Proceedings of the Third International Conference of Forensic Computer Science (ICoFCS’2008) / ABEAT (ed.) - Guarujá, Brazil, 2008, 120 pp. - ISSN 1980-1114. In: O crime de ódio e o neonazismo na internet: análise de uma experiência etnográfica. p.69-81.

DUARTE-PLON, Leneide. A tortura como arma de guerra– Da Argélia ao Brasil: Como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. 1a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Editores da Revista Educação & Sociedade. Privatização e militarização: ameaças renovadas à gestão democrática da escola pública. Campinas, v. 37, nº. 134. P.1-7, jan-mar. 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIRA, Luedison. Pesquisa sobre as escolas cívico-militares no Brasil. Disponível em: <https://forms.gle/SLpPnQ7RtDyGBHMP6> . Dados colhidos em: Maio de 2023.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (org.). Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964-vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MATOS, Souza. Sobrevivências do nazifascismo na teoria jurídica contemporânea e seus reflexos na interpretação judicial brasileira. Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD) – 9 (3): 295-310 setembro- dezembro 2017.

UOL, Canal. Apoiador cita Hitler como exemplo para educação; Bolsonaro não refuta. Youtube, 22 nov. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5IReJ5GHPjk>. Acesso em: 18 de maio de 2023.

PANDOLFI, Dulce e **GRYNSZPAN**, Mário. Da Revolução de 30 ao Golpe de 37: a depuração das elites. *Revista de Sociologia e Política*. UFPR, 1997, n. 9, p. 7- 23.

ROSE, R. S. *Uma das coisas esquecidas: Getúlio Vargas e controle social no Brasil (1930-1954)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 17.

SILVA, Thayane Ellen Machado da. Restauração conservadora na educação: um estudo sobre o projeto das escolas cívico-militares no Brasil. 2021. 137 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Cultura e Fronteiras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu-PR.

TOLEDO, Caio Navarro. “1964: golpe contra as reformas e a democracia”. IN: **MOTTA**, Rodrigo et alli. *O golpe e a ditadura militar*. Bauru, Edusc, 2004

TOSI, Giuseppe; et al. (Organizadores). *Justiça de transição: direito à justiça, à memória e à Verdade*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

VIANNA, Marly. *Revolucionários de 35*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, pois creio que unicamente pelas minhas forças humanas eu não teria conseguido chegar até aqui.

A mim mesmo, por ter batalhado e abdicado de muita coisa, noites de sono, lugares. Rotinas exaustivas de um proletariado/universitário que precisava trabalhar e estudar para conseguir se manter e ser o primeiro graduado da minha família.

A minha mãe, Marinalve Matias de Lira que SEMPRE me incentivou a prosseguir e priorizar a minha educação, meu exemplo de FORÇA da qual é a minha MÃE/PAI e o meu alicerce na vida toda.

A minha amiga e colega de curso Daiana Araújo Cabral, que desde o início foi uma fonte de apoio pra mim, tornando mais leve a minha rotina universitária.

A minha amiga e colega de trabalho Maria Aparecida Leoncio que durante quase 2 anos acompanhou inúmeras dificuldades, desabafos e foi incentivo em tantos momentos em que eu estava totalmente desmotivado e sem esperanças.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Francisco Fagundes de Paiva Neto, por todo comprometimento e colaboração, não só neste meu Trabalho de Conclusão de Curso, mas em todo o meu processo de formação (através de disciplinas com ele pagas).

A todos os professores da Universidade Estadual da Paraíba-Campus-III.